



CONCOURS CENTRALE•SUPÉLEC

Portugais

MP, PC, PSI, TSI

4 heures

Calculatrice interdite

2021

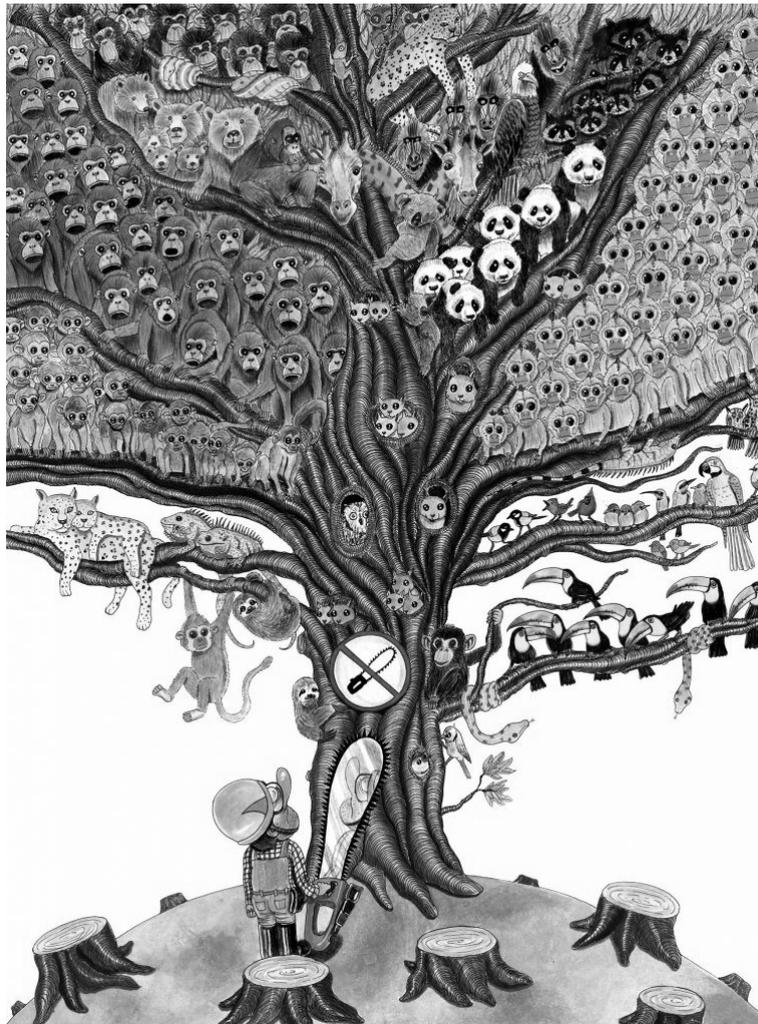
L'usage de tout système électronique ou informatique est interdit dans cette épreuve.

Rédiger en portugais et en 500 mots une synthèse des documents proposés, qui devra obligatoirement comporter un titre. Indiquer avec précision, à la fin du travail, le nombre de mots utilisés (titre inclus), un écart de 10% en plus ou en moins sera accepté.

Ce sujet propose les 4 documents suivants :

- un dessin de GUAICO, *The Last Tree* ;
- un extrait d'un article de ANA ALENCAR et ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO avec une infographie paru dans *Ambiente legal*, en 2014 ;
- une affiche réalisée en 2015 ;
- un article de ANTÓNIO SÉRGIO ROSA DE CARVALHO paru dans *Público*, du 12 septembre 2019.

L'ordre dans lequel se présentent les documents est arbitraire et ne revêt aucune signification.



GUAICO, *The Last Tree*.

Número de atentados fatais contra ativistas, nos últimos dez anos, superou o de militantes mortos no regime militar em vinte anos de ditadura.



THE PROBLEM IS GLOBAL BUT IS ESPECIALLY ACUTE IN LATIN AMERICA AND ASIA-PACIFIC.

O Brasil tem atingido tristes marcas no ranking mundial de governança, nesta segunda década do século.

Campeão de custos por obras de infraestrutura que não são concluídas, elevados índices de burocratização, dados escabrosos no campo da segurança pública, ineficácia das máquinas de fiscalização, repressão e justiça, nosso País caminha para trás quando o assunto é controle dos conflitos sócio-ambientais.

Colocado pela incompetência recorrente de seu estamento administrativo, nas primeiras colocações no ranking da violência urbana no mundo, o Brasil figura agora, também, no topo dos atentados contra a vida de militantes ambientais.

O relatório da ONG Global Witness, publicado dia 15 desse mês, põe o Brasil como o campeão em mortes de ambientalistas em defesa de suas causas, comparado com os demais países.

Foram 448 mortes de defensores ambientais brasileiros, dentre os 908 casos registrados entre 2002 e 2013, em todo o mundo.

Para se ter uma idéia, o número supera o de mortos e desaparecidos políticos no período de vinte anos de Regime Militar, entre 1964 e 1985.

O triste e curioso é que os atentados contra a militância contabilizados pelo estudo, ocorreram no período em que as Comissões da Verdade foram instaladas para apurar aqueles outros, contra militantes políticos, no período anterior.

Embora o relatório da organização seja baseado em dados subestimados, devido à falta de documentação dos casos ocorridos em alguns países da África, o Brasil supera em números absolutos, sendo considerado o mais perigoso para os ativistas ambientais.

Foram recolhidas informações de 35 países, sobre disputas envolvendo madeiras, mineração e direitos da terra. Além de apresentar os conflitos, o relatório enfatiza a questão da impunidade — dos 908 casos de mortes acompanhados pela ONG, somente 10 pessoas foram julgadas e condenadas por esses crimes.

O crescimento dos conflitos ambientais e do número de mortes, segundo a ONG Global Witness, está aumentando devido a interesses econômicos, corrupção, destruição do meio ambiente e posse ilegal de terras. Dentre essas causas, um dos principais motivos é a realização de grandes empreendimentos e obras que envolvem o uso de recursos naturais.

Conforme disse Oliver Courtney, diretor da organização: “Acordos estão sendo feitos a portas fechadas. São negócios que envolvem terras pertencentes a pessoas ou povos que viveram em suas regiões por gerações. Suas terras estão sendo tomadas sem seu consentimento, sem que elas sejam consultadas, e são expulsos à força delas, com frequência com consequências fatais, como mostra nosso estudo”.

Sobre o aumento dos conflitos, de mortes de ativistas ambientais e a impunidade, Courtney afirma que: “Este problema está sendo amplamente ignorado, e os

responsáveis quase sempre se safam”.

O capítulo do documento dedicado aos conflitos no Brasil aponta as principais causas dos conflitos envolvendo mortes, a saber:

- o modelo brasileiro de propriedade de terra, concentrado e desigual, favorecendo os grandes latifundiários, enquanto que os médios e pequenos proprietários permanecem na pobreza;
- a defesa de terras e da madeira da Amazônia, atingindo pequenos agricultores e grupos indígenas, seguida pela indústria do gado e da soja;
- desenvolvimento econômico das regiões mais afastadas e a realização de grandes obras envolvendo a questão de produção de energia e de uso dos recursos minerais.

O caso mais conhecido, de morte de ambientalista brasileiro em defesa de sua causa, é o de Chico Mendes,

seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro, morto em 1988, no Acre, por lutar pelos seringueiros e indígenas da Amazônia. [...]

Mais recentemente, o casal José Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, líderes extrativistas mortos em 2011 no Pará, e os pescadores Almir Nogueira de Amorim e João Luiz Telles Penetra, defensores dos direitos dos pescadores artesanais, em 2012, no Rio de Janeiro, logo após o fim da Rio +20, somaram-se aos casos de repercussão internacional.

Nesses casos, o acusado de matar o casal foi absolvido por falta de provas e, o dos pescadores ainda não foi localizado.

A partir do documento apresentado, a ONG Global Witness exige do Conselho de Direitos Humanos da ONU, medidas efetivas junto aos governos dos países constantes no relatório.

¹ “Ambiente Legal” é produzido pela Agência de Inteligência Corporativa Ambiental (AICA), com o objetivo de promover debates sobre desenvolvimento sustentável, com enfoque nos desafios contemporâneos.

EUROPA

**A soja de Mato Grosso do Sul
tem sangue de crianças indígenas.**



Não compre! Não coma!

**#nãoaogenocídio
#demarcaçãodasterrasindígenas**



Cartaz realizado em 2015 pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

ANTÓNIO SÉRGIO ROSA DE CARVALHO, *Público*, 12 de Setembro de 2019

As questões ecológicas vão progressivamente dominar a nossa vida e obrigar a rever radicalmente as nossas noções de crescimento económico baseado exclusivamente num conceito obsessivo de lucro imediato e de curto prazo.

O mundo, profundamente chocado com os acontecimentos na Amazônia e aparentemente impotente perante a mega gravidade do crime perpetuado e suas consequências para o futuro do Eco Sistema Planetário, e dos nossos filhos e netos, tem produzido uma avalanche de considerações à volta da pergunta fundamental: a quem pertence a Amazônia?

Tem o Brasil o direito de destruir sistematicamente o último reduto natural do planeta, determinante para o seu equilíbrio ecológico, num momento decisivo e definitivo de escolha, perante a ameaça avassaladora das alterações climáticas?

Até que ponto o argumento da soberania é válido, quando os detentores da mesma põem em perigo um Património Mundial insubstituível?

Estas perguntas foram precisamente postas por Polly Higgins, tragicamente desaparecida há quatro meses, aos 50 anos de idade. Uma advogada que fez a pergunta fundamental: Não precisa a Terra de uma boa advogada para o planeta?

A proposta inicial para o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, incluía entre os quatro crimes, genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão, um quinto, o Ecocídio, mas esta foi retirada em 1966.

2010 foi o ano em que Polly Higgins publicou o seu primeiro livro, *Eradicating Ecocide: Laws and Governance to Prevent the Destruction of Our Planet* e em que apresentou a proposta na Comissão de Direito das Nações Unidas de inclusão do Ecocídio como Crime internacional.

Em 2011 foi organizado um julgamento em simulação para provar a efectividade jurídica do conceito com

grande sucesso e reconhecimento Internacional.

Ora, perante a possibilidade de um acordo com os países do Mercosul, Macron reconheceu de imediato, durante a cimeira dos G7, a importância das condições deste acordo como meio de pressão para levar o Brasil a cumprir as promessas feitas anteriormente de respeitar a integridade da Amazônia. O facto de a guerra comercial entre Trump e a China estar a transformar a China no principal cliente da soja brasileira, está a complicar a situação.

Daí, a insensibilidade de curtíssimo prazo de António Costa¹ ao demonstrar ambigualmente preocupação com o ambiente e simultaneamente e explicitamente solidariedade com Bolsonaro, neste gravíssimo e determinante momento planetário, é ilustrativa da sua ‘navegação’ meramente “politiqueira”, sem uma verdadeira visão. Esta característica já tinha sido confirmada pela recusa categórica de investimento no transporte ferroviário de alta velocidade, como importante alternativa aos altamente poluidores transportes aéreo e rodoviário e a manutenção de dois aeroportos concentrados na área urbana de Lisboa em vez da criação de um único aeroporto, correspondente às normas Internacionais de crescentes exigências ambientais e a uma distância aceitável do centro Urbano e do insubstituível santuário ambiental do estuário do Tejo.

As questões ecológicas vão progressivamente dominar a nossa vida e obrigar a rever radicalmente as nossas noções de crescimento económico baseado exclusivamente num conceito obsessivo de lucro imediato e de curto prazo.

Isto transcende a antiquada polarização esquerda-direita e revela-nos a ecologia como o urgente, definitivo e universalmente abrangente, Novo Humanismo do Século XXI.

¹ Primeiro-ministro do governo português.